

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

“Os efeitos nocivos dos Plásticos”

No dia 22 de Janeiro de 2019, interpelei o Governo por escrito, perguntando quando seriam introduzidas medidas no tocante à redução de plásticos, nomeadamente das garrafas de água de material plástico, palhinhas, utensílios descartáveis, caixas de esferovite para comidas, pauzinhos de cotonetes, talhares, pratos, agitadores de bebidas, etc.

Também, ali, questionei sobre a introdução de medidas urgentes juntos dos serviços públicos, das entidades autónomas e das concessionárias do jogo, água e energia e outras, proibindo a aquisição e uso de copos para café ou água, pratos, taças talheres, palhinhas e palhetas, no sentido da adopção de medidas para fomentar o não uso de plástico descartável e, bem assim, a redução do uso de papel, promovendo-se, dessa forma, uma utilização mais sustentável e amiga do meio ambiente.

Na altura referi, ainda, que a Alemanha era líder mundial em tecnologias e políticas de reaproveitamento de resíduos sólidos e desde 2005 que é proibida a remessa de lixo doméstico e industrial sem tratamento quer para os aterros quer para as incineradoras, diminuindo drasticamente o volume de lixo doméstico e industrial. Desde o século 19 que existe a tradição de cobrança de taxas municipais para recolha de lixo, sendo que, desde 1880, os proprietários das casas pagavam taxas pela remoção dos resíduos sólidos domésticos.

Em 26 de Fevereiro de 2019, o ex-Director do DSPA substituto respondeu por escrito que: “Os serviços públicos e instituições são encorajadas e incentivadas a reduzir a aquisição de utensílios de mesa descartáveis e outros produtos de plástico mediante várias iniciativas, nomeadamente “A vida sem plástico é muito fácil”, assim como foram publicadas as Instruções para Eco-aquisição Destinadas aos Serviços Públicos, as Sugestões de Especificações Ecológicas para Diversos Produtos, as Orientações para Redução da Produção de Resíduos em

Acitividades de Grande Escala. Aliás, a DSPA está a trabalhar com a Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos para incentivar as empresas de jogo a aproveitar os seus próprios privilégios exclusivos para cumprir as respectivas responsabilidades sociais e tomar mais medidas para minimizar a produção de resíduos.”

E, continuando, transmitiu ainda que: “O Governo ainda não proibiu, mediante legislação, a importação e venda de produtos de plástico descartáveis, no entanto a DSPA continua a acompanhar, de forma activa, o andamento dos trabalhos no exterior relativos às restrições ao plástico, ouvindo as opiniões da sociedade, assim como tem revisto e melhorado os respectivos trabalhos, com vista a estimular a redução do seu uso por todos os sectores sociais.”

Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando, que me sejam dadas respostas, de uma forma CLARA, PRECISA, COERENTE, COMPLETA e em tempo útil sobre o seguinte:

1. Qual a calendarização para implementação de medidas de proibição de importação, de consumo e uso de copos de café ou água, pratos, taças, talheres, palhinhas e palhetas, com vista a impulsionar o não uso de plástico descartável e a redução do uso de papel, promovendo-se, assim, uma utilização mais sustentável e amiga do meio ambiente?
2. Quais os resultados concretos das campanhas de sensibilização para o uso de matérias biodegradáveis ou fibras vegetais naturais e uso de louça reutilizáveis?
3. Qual o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos pela DSPA, em articulação com Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos, para incentivar as empresas de Jogo a aproveitar os seus próprios privilégios exclusivos para cumprir as respectivas responsabilidades sociais e a tomar mais medidas para minimizar a produção de resíduos, assim como o não uso de plásticos descartáveis?